



PROCESSO N.º : 2018002093

INTERESSADO : GOVERNADORIA DO ESTADO

ASSUNTO : Veta integralmente o autógrafo de lei n.º 82, de 11 de abril de 2018.

RELATÓRIO

Versam os autos sobre Oficio Mensagem n. 531, de 09 de maio de 2018, de autoria da Governadoria do Estado, comunicando esta Casa que, apreciando o autógrafo de lei n. 82, de 09 de maio de 2018, resolveu, com fundamento no   1.º o art. 23 da Constitui o do Estado, vet -lo integralmente.

Conforme comprova a certidão de folha retro, o veto foi realizado tempestivamente, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, como determina o   1.º do art. 23 da Constitui o Estadual.

De iniciativa da Defensoria Pública-Geral do Estado, a proposi o legislativa aprovada que resultou no autógrafo de lei vetado dispõe sobre a altera o do Anexo  nico da Lei n.º 18.600, de 02 de julho de 2014, que dispõe sobre o vencimento do cargo de Assessor Jurídico da Defensoria Pública do Estado de Goiás.

Ao acatar o pronunciamento da Procuradoria-Geral do Estado - PGE, o veto foi oposto sob o fundamento de que houve *"em que pese a legitimidade da autonomia reservada   Defensoria Pública do Estado de Goiás,   oportuno ressaltar a notória preocupa o do Estado em se adequar aos limites de gastos com pessoal, em virtude do Novo Regime Fiscal - NRF."*

Esta   a síntese da matéria.



Entendemos, que o veto deve ser rejeitado.

Primeiramente, destaca-se que o autógrafo de lei trata sobre a concessão de reajuste setorial aos servidores ocupantes do cargo de Assessor Jurídico da Defensoria Pública do Estado de Goiás, compreendendo a reposição salarial decorrente da inflação no período relativo aos anos de 2015, 2016 e 2017, da ordem de 25,96% (vinte e cinco inteiros e noventa e seis centésimos por cento, além de um aumento real de 7% (sete por cento).

A presente matéria se insere no âmbito da Emenda Constitucional nº 80/2014 que, realmente, trouxe um novo perfil constitucional à Defensoria Pública.

Além disso, a EC 45/2004 outorgou expressamente autonomia funcional e administrativa às defensorias públicas estaduais, além da iniciativa para a propositura de seus orçamentos (art. 134, § 2º).

Por tais razões, entendemos que não há impedimento constitucional para conversão do presente autógrafo em lei, ante a sua compatibilidade com o sistema constitucional vigente.

Com esses fundamentos, somos pela **rejeição do veto**.

É o relatório.

SALA DAS SESSÕES, em *22* de *Maio* de 2018.

Deputado

Relator